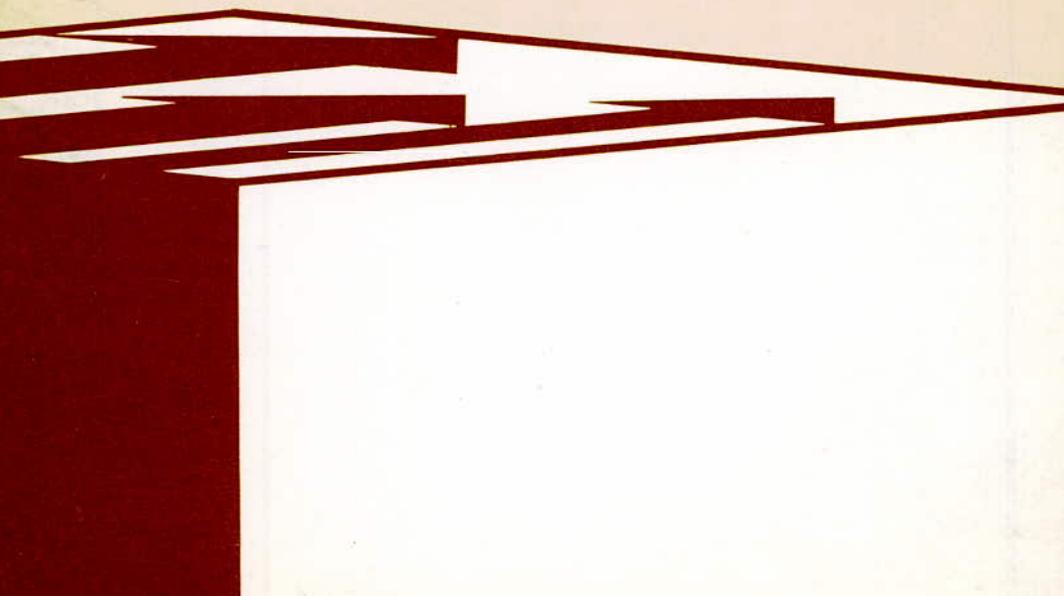


**PLANO DE METAS
UMA BREVE
JUSTIFICATIVA**



**PLANO DE METAS
UMA BREVE
JUSTIFICATIVA**



BRASÍLIA, DF – 1986

ÍNDICE

Plano de Metas – Uma Breve Justificativa	05
1. O Crescimento Recente e a Carência de Investimentos Sociais e em Infra-Estrutura.....	09
2. A Aceleração do Consumo Após o Plano Cruzado..	13
3. A Necessidade da Retomada de Investimentos	15
4. Uma Comparação com o Período do “Milagre Econômico”	17
5. A Opção do Governo e a Analogia com o Período JK.....	19
6. Resumo do Plano de Metas (1986/89).....	23
7. Financiamento do Plano de Metas (1986/89)	27
ANEXO – Dados sobre a Economia Brasileira	31

PLANO DE METAS UMA BREVE JUSTIFICATIVA

Da segunda metade dos anos 50 até 1980, o País atravessou uma fase de crescimento econômico que transformou sua face rural e agrária em urbana e industrial.

O Plano de Metas do Governo JK, que representou o início desse processo, foi bem sucedido no tocante à implantação de uma infra-estrutura indispensável a um moderno parque industrial, assim como na criação de uma indústria de bens de consumo duráveis no País. Entretanto, poucas questões sociais foram objeto de metas incorporadas ao plano e, mesmo assim, tais metas ficaram bem aquém do previsto.

A perda de dinamismo do modelo JK levou a uma desaceleração do crescimento no início dos anos 60, seguida das medidas recessionistas e concentradoras tomadas pelo regime militar.

Com o sucateamento de parte da capacidade instalada e com a concentração de renda nos estratos superiores foi possível dar novo dinamismo ao parque industrial existente levando ao início do chamado *milagre* brasileiro. Vale ressaltar, também, o momento extremamente favorável que atravessava a economia internacional na qual o Brasil se havia inserido cada vez mais a partir de 1964.

Com a reversão do quadro internacional a partir de 1974, o País passa a adotar uma política baseada no endividamento externo de forma a permitir o crescimento econômico e o investimento na modernização do parque industrial.

A crise que se abateu sobre as economias avançadas e a brutal elevação das taxas de juros internacionais levaram este modelo a um

rápido esgotamento e à recessão provocada pelas políticas de ajustamento externo impostas pelo FMI ao Brasil a partir do início dos anos 80.

Com a recessão de 1981/83, o País teve reduzida a parcela do PIB destinada ao investimento, o que afetou indiscriminadamente os investimentos privados e estatais.

Desta forma ocorreu uma obsolescência tecnológica advinda da falta de modernização do parque industrial, uma deterioração da infra-estrutura (especialmente nos setores elétrico e de transportes) e uma piora dos indicadores sociais.

O início da retomada do crescimento, em 1984, ocupou a capacidade ociosa então existente. A continuidade do processo, porém, exige a realização de novos investimentos, já que os índices da produção industrial atingiram no final de 1985 os mesmos níveis de 1980, último ano antes da recessão.

Pelo lado da infra-estrutura destacamos o setor de transportes, onde são necessários melhoramentos nos terminais marítimos, assim como a recuperação de 20.000 Km de malha rodoviária.

O consumo de energia elétrica para fins industriais cresceu quase 50% entre 1980 e 1985, o que, aliado à falta de investimentos e negligenciamento na manutenção das redes de distribuição, levou o setor a uma situação crítica, com ameaças de *black-outs* e/ou racionamento.

A política de contenção salarial, subproduto da política de ajustamento externo, agravada pelo desemprego, deteriorou o já baixo nível de vida de grande parte da população.

Assim, para sustentar um verdadeiro desenvolvimento econômico é necessário atacar os fortes desequilíbrios sociais existentes em nosso País, através de programas de assistência à criança, de melhoria dos serviços de saúde, etc.

Esta estratégia de abordagem conjunta dos problemas de infra-estrutura econômica e dos aspectos sociais está consubstanciada no atual Plano de Metas, detalhamento do I PND da Nova República.

**O PLANO DE METAS (1986/89): OBJETIVOS E
COMPARAÇÕES COM OUTRAS ETAPAS
DO CRESCIMENTO BRASILEIRO**

1 — O CRESCIMENTO RECENTE E A CARÊNCIA DE INVESTIMENTOS SOCIAIS E EM INFRA-ESTRUTURA

Após a recessão de 1981/83, a economia brasileira voltou a crescer apoiada na maior utilização da capacidade instalada. Esse crescimento foi possível na medida em que, no fundo da recessão, haviam-se atingido níveis de 25% de capacidade ociosa, de forma que a retomada, a partir de 1984, pôde utilizar-se daqueles níveis de ociosidade extremamente elevados.

Em 1985, um vigoroso crescimento econômico do País, superior à maioria dos países ocidentais, permitiu retomar a produção aos níveis de 1980 e deu continuidade à expansão que começou a ser verificada no ano anterior. Ao contrário de 1984, entretanto, quando o crescimento foi garantido fundamentalmente pelas exportações, em 1985 ele foi determinado, em praticamente todos os setores, pelo mercado interno — estimulado e revigorado pela recuperação do poder de compra dos salários.

Esse intenso crescimento foi conseguido sem ônus sobre o setor externo. Na verdade, houve expressivo superávit na balança comercial que, além de superar a meta prevista, foi o terceiro maior de sua história. Com isso foi possível não só o pagamento em dia do serviço da dívida externa, como recompor o nível das reservas internacionais do País (que alcançou o ponto mais alto desde o início da década).

Os piores desempenhos ficaram por conta da inflação (que em 1985 permaneceu em níveis elevados: 233,65%, medida pelo IPCA — Índice Nacional de Preços ao Consumidor-Amplio), e do desequilíbrio financeiro do setor público (a necessidade de financiamento no conceito operacional alcançou 3,7% do PIB).

Apesar da vigorosa expansão do biênio 1984/85, que levou a indústria em seu conjunto a ocupar elevados níveis de capacidade produtiva — com alguns ramos em situação dramática trabalhando com níveis de ociosidade muito reduzidos em termos históricos —, os investimentos foram, contudo, bastante limitados. Além da insuficiência de investimentos privados, o setor público, pressionado pelo desequilíbrio financeiro e ausência de fontes adequadas de financiamento, viu-se na contingência de realizar um controle severo nos seus gastos — tanto em custeio, quanto em investimentos.

Já havíamos acumulado expressivo atraso nos investimentos durante o período recessivo, de forma que a situação que se apresentava no início do presente ano era de deterioração grave na infra-estrutura básica e de defasagem na modernização industrial.

Paralelamente, o crescimento recente da indústria de transformação tem pressionado as áreas de infra-estrutura e insumos básicos, além de exigir para sua continuidade o reaparelhamento industrial. O consumo industrial de energia elétrica por exemplo (que representa cerca de 56% do mercado) apresentou em 1985 um crescimento de quase 15 por cento, sem que, no entanto, investimentos significativos tenham sido feitos no setor — em termos de geração e, principalmente, transmissão de energia elétrica, de forma a amparar taxas tão elevadas quanto esta. Na verdade, encontram-se no setor de infra-estrutura básica, particularmente nas áreas de energia e transportes, os pontos de estrangulamento que podem impedir a consecução da meta almejada de sustentação do crescimento do produto e do emprego.

Cabe o registro também de que o estilo de crescimento que caracterizou a economia brasileira nas duas últimas décadas, juntamente com os efeitos da recessão de 1981/83, gerou profundas disparidades a nível social e regional. Dados constantes do Anuário Estatístico do IBGE — 1985, relativos ao ano de 1984, revelam a permanência de uma forte discrepância entre o progresso econômico e as condições sociais brasileiras. Apesar de colocar-se atualmente entre as oito maiores economias do mundo ocidental, nossa sociedade ainda possui um elevado índice de analfabetismo — cerca de 17% da população brasileira, e este número salta para 23% se considerarmos apenas a população do Nordeste.

Além disso, é profunda a concentração de renda: os 4% mais ricos apropriam-se de 43% da renda do País, enquanto os 67% mais pobres detêm apenas 18% da renda. Novamente, a situação apresenta maior gravidade no Nordeste: a renda média do Estado de

São Paulo é 110% superior à daquela região. Em todo o Brasil são 4,5 milhões de famílias (1/5 da população) que vivem em situação de miséria extrema. Nesse sentido, coloca-se como prioritária a adoção de medidas no âmbito social e também regional.

Como foi dito anteriormente, um dos desempenhos mais negativos em 1985 havia ficado por conta da inflação, atingindo 233,65%. As medidas adotadas vinham se mostrando insuficientes para conter uma inflação que se auto-alimentava a cada mês em consequência dos mecanismos generalizados de indexação da economia e das expectativas altistas.

A manutenção de taxas de inflação em níveis tão elevados, além de manter e mesmo ampliar a concentração de renda no País, impedia qualquer esforço de planejamento, e colocava sob ameaça permanente a manutenção do crescimento, por impedir a tomada de decisões empresariais, principalmente quanto a novos investimentos.

2 – A ACELERAÇÃO DO CONSUMO APÓS O PLANO CRUZADO

Em 28 de fevereiro de 1986, com o Plano de Estabilização Econômica, o Governo determinou o congelamento dos preços e eliminou os mecanismos de indexação da economia. Assim, pode-se dizer que o Plano Cruzado marcou, no campo da nossa economia, a ruptura com os processos que incentivavam cumulativamente a inflação, a especulação financeira e a regressividade das rendas, permitindo a recuperação das dimensões produtivas da economia.

Após o Plano Cruzado, observou-se vigorosa aceleração do consumo, em virtude do aumento do poder real de compra dos assalariados, acelerando ainda mais aquela retomada iniciada em 1984 e ampliada em 1985. Muitos itens de consumo evoluíram intensamente. Os bens duráveis tiveram as seguintes taxas de crescimento mensais médias desde março:

- . Televisores em cores: 12% a.m.
- . Secadores de cabelo: 13% a.m.
- . Ventiladores, grills, cafeteiras elétricas e aspiradores de pó: 14% a.m.
- . Enceradeiras e auto-rádios: 16% a.m.
- . Rádios transistorizados: 17% a.m.
- . Mini-fornos: 22% a.m.

Os números sobre as vendas comerciais são ainda mais expressivos. O ritmo de crescimento das vendas de lojas de materiais de construção, farmácias e perfumarias, lojas de autopeças e lojas de departamento oscilou entre 8% e 14% mensais. As vendas de calça-

dos, tecidos, vestuário, móveis e artigos de decoração, utilidades domésticas e produtos das lojas de ciné-foto-som e óticas cresceram, em média, a taxas que variaram entre 16% e 25% ao mês.

O crescimento no consumo de veículos e derivados de petróleo e álcool foi também bastante significativo. As vendas de veículos ao mercado interno cresceram, desde fins de fevereiro até o mês de maio, em 14,5%, o que implica um crescimento anual de 72%, se mantido o atual desempenho. Cabe notar que em 1985 as vendas de automóveis no atacado do mercado interno foram da ordem de 763,5 mil unidades, o que corresponde a um crescimento de 12,8% em relação a 1984, e que até o mês de junho de 1986 já se havia alcançado 459,6 mil unidades (cerca de 60% do que foi vendido internamente durante todo o ano passado).

O consumo mensal de gasolina, álcool carburante e GLP (Gás Liquefeito de Petróleo) aumentou num ritmo entre 4% e 5% ao mês, equivalendo a uma taxa de crescimento anual entre 56% e 90%. O consumo médio diário, nos meses de julho, de gasolina e álcool carburante excedeu em 15,7% o consumo médio diário dos últimos doze meses.

Reunimos no Anexo dados que podem ilustrar a variação do consumo nos últimos meses.

3 — A NECESSIDADE DA RETOMADA DE INVESTIMENTOS

Como já foi dito anteriormente, a rápida expansão da economia brasileira nos últimos três anos vem sendo conseguida às custas de uma maior utilização da capacidade instalada. Após o Plano Cruzado, o rápido crescimento tem sido parcialmente responsável pelos problemas de abastecimento de que temos tido notícia, além de ser potencialmente inflacionário no curto prazo, pois a oferta de produtos nem sempre consegue acompanhar a demanda com a mesma rapidez. A tomada de decisões de investimento e a ampliação da capacidade produtiva não ocorrem de forma imediata. Além do mais, novos investimentos exigem maior oferta de aço, energia elétrica e demais insumos básicos, via de regra atendidos pelo setor público.

Na verdade, o meio empresarial vem promovendo investimentos após o Plano Cruzado. Tem sido verificado aumento expressivo na aquisição de máquinas e equipamentos. No entanto, estes investimentos têm se destinado, fundamentalmente, à reposição e à ampliação marginal da capacidade instalada da economia, o que não soluciona inteiramente os problemas de sustentação do crescimento em bases estáveis, a médio e longo prazos. Sem os requeridos montantes de investimento, o crescimento possibilitado recentemente corre riscos, esbarrando nos limites da oferta interna de produto. Além disso, o parque industrial brasileiro encontra-se, em boa parte, obsoleto. A necessidade de investimentos em indústrias baseadas em tecnologias de ponta é vital, tendo em vista as transformações das estruturas produtivas e organização dos mercados provocadas pela revolução tecnológica em curso.

Dessa forma, um novo ciclo de investimentos é requerido,

colocando o setor industrial frente a novos desafios e à necessidade de modernização, dentre os quais a capacitação para gerar endogenamente sua tecnologia — rompendo assim com a dependência tecnológica externa — e para aumentar a produtividade e reduzir custos.

Além disso, é também necessário fortalecer aquelas indústrias voltadas para a produção de consumo popular, através do contínuo e permanente incremento da produtividade. Só assim será possível garantir o crescimento sustentável dos salários reais em um contexto não inflacionário, bem como garantir a sustentação e manutenção das exportações de manufaturados.

4 – UMA COMPARAÇÃO COM O PERÍODO DO “MILAGRE ECONÓMICO”

A necessidade de novos investimentos é, portanto, inadiável. O crescimento apoiado exclusivamente na expansão do consumo, sem a correspondente ampliação no nível de investimentos, não tem como auto-sustentar-se a longo prazo. A própria experiência da economia brasileira confirma isto. No período que se convencionou chamar de *milagre* econômico (1968-73), verificou-se um surto de crescimento de natureza semelhante. Apesar de intensa, a expansão da economia brasileira ocorreu de forma desigual, desequilibrada e concentradora de renda, deixando para o futuro os problemas existentes, e redundando em um forte endividamento externo e reaceleração inflacionária. Os dados e gráficos do Anexo mostram isso. O PIB (Produto Interno Bruto) cresceu, em termos reais, a 10% a.a. no período 1967/70 e a 13% a.a. no período 1970/73. Mas, já no período 1973/76, a taxa de crescimento caiu para 8% a.a. O crescimento industrial ficou muito concentrado na produção de Bens de Consumo Duráveis (BCD), com nítida desvantagem para os não duráveis.

Caberia notar que, desde 1985, o crescimento dos BCD vem sendo bastante significativo. Constatou-se que, naquele ano, as indústrias produtoras destes bens lideraram a expansão do setor, com um índice de 15,1% relativamente ao ano anterior (no qual havia apresentado crescimento negativo: -4,5%). Nos primeiros meses de 1986, como vimos, continua forte o crescimento em termos do consumo de duráveis, levando-se a supor que poderíamos estar prestes a repetir um surto de crescimento de natureza semelhante àquela verificada no período 1968/73.

A oferta interna, principalmente de bens de capital, não foi capaz de acompanhar aquela explosão do consumo no *milagre*, acarretando um aumento nas importações: 26% em 1970, 46% em 1973 e 104% em 1974. A inflação, que caíra de 57% em 1965 para 15% em 1973, sobe para 29% em 1974, 41% em 1976, e nunca mais retornou a taxas mais baixas.

O modelo de crescimento do *milagre* foi, também, altamente concentrador de renda: os 50% mais pobres, aos quais cabiam 17% da renda em 1960, tiveram que se contentar com apenas 15% em 1970 e 13% em 1980, enquanto os 5% mais ricos abocanharam parcelas crescentes: 28% em 1960, 36% em 1970 e 38% em 1980.

Sem fontes definidas de financiamento, a economia brasileira necessitou de recursos externos para sustentar o ritmo de crescimento. O crescimento da Dívida Externa acelera-se rapidamente: 12% em 1968 e 44% em 1972.

O endividamento externo acabaria levando a uma situação perversa, com o País se endividando para pagar dívidas passadas. O Estado passa então a mobilizar suas empresas para angariar novos recursos. A participação do setor público nos empréstimos externos aumentou de 25% em 1972 para 76% em 1980. Somente as empresas estatais do setor de energia elétrica aumentaram sua participação na dívida externa do País de 4% em 1972 para 25% em 1980, enquanto que, no setor siderúrgico, tal participação passa de 0,2% em 1972 para 8% em 1980, chegando a atingir 13% em 1977.

Não é por outra razão que hoje nos deparamos com o elevado endividamento externo dos sistemas Eletrobrás e Siderbrás, comprometendo sua capacidade de investimento, absolutamente necessária para o crescimento sustentado da economia.

5 — A OPÇÃO DO GOVERNO E A ANALOGIA COM O PERÍODO JK

Tendo em vista esses fatores, define-se agora um novo estilo de desenvolvimento. O Governo, ao anunciar as metas prioritárias para o período 1986/89, explicita a opção pela sustentação do crescimento econômico como condição necessária para o objetivo mais amplo de desenvolvimento social. O instrumento do esforço de transformação almejado é o Plano de Metas, que foi concebido para viabilizar as mudanças sociais e o processo de crescimento econômico sustentado com simultânea distribuição de renda e riqueza, reduzindo as disparidades e erradicando a pobreza.

Em virtude da desordenada trajetória de crescimento da economia brasileira nas últimas décadas e da recessão dos últimos anos, uma série de distorções foram geradas e é inadiável resolvê-las. As prioridades do Plano de Metas estão, assim, concentradas na recuperação e ampliação da infra-estrutura econômica — notadamente nos ramos de energia e transportes —, no incentivo à modernização tecnológica da indústria e agricultura e na promoção do desenvolvimento social. Também a eliminação dos desequilíbrios regionais é parte essencial do crescimento preconizado pelo Plano de Metas, principalmente no que se refere ao Nordeste — que, no período 1986/89, deverá apresentar um crescimento mais acelerado que o do restante do País.

A adoção de metas sociais claras para os próximos três anos confere destaque especial ao Programa se comparado com experiências passadas de planejamento na economia brasileira. A despeito da importância qualitativa das medidas adotadas durante o governo de Juscelino Kubitschek — principalmente no que tange à

eliminação de pontos de estrangulamento ao desenvolvimento econômico e à implantação das bases para a industrialização do País —, não era dedicada quase nenhuma atenção a questões como a má distribuição da renda (a exceção fica por conta da criação da SUDENE — Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste, em 1959). Hoje, ao contrário, uma das preocupações centrais reposita na eliminação das disparidades sociais e regionais. Destacam-se, nesse contexto, as metas de promoção de alimentação básica para todas as crianças brasileiras, melhoria das condições de moradia da população, educação básica, e ainda a implantação dos Programas de Reforma Agrária e de Irrigação.

Cabe mencionar que o Plano de Metas do Governo JK não se propunha, também, a promover uma transformação estrutural no setor agropecuário, estando apenas marginalmente referido no programa. Hoje, atenção especial é dedicada à agricultura, basicamente no que tange à expansão da oferta interna de alimentos e, principalmente, a criação de condições que tornem estável o abastecimento — o que permitirá o barateamento das despesas com alimentação e a melhoria do poder aquisitivo da população. Destaque-se a preocupação em elevar os níveis de produtividade agrícola.

A semelhança dos dois Planos de Metas fica por conta de ambos postularem investimentos governamentais no setor de infra-estrutura básica para viabilizar o crescimento. Na verdade, os pontos nevrálgicos de estrangulamento encontram-se também, atualmente, nas áreas de energia e transporte, como foi anteriormente comentado. Tais investimentos possibilitarão, então, a retomada dos investimentos privados nos montantes requeridos para a sustentação da meta de crescimento médio de 7% a.a. durante o período de 1986/89.

Finalmente, ressalta-se a semelhança existente entre a forma de financiamento de parte das metas pretendidas para o período 1957/60 e o financiamento da atual etapa de crescimento. Durante o Governo Juscelino Kubitschek foram criados diversos Fundos vinculados a aplicações definidas, tal como se pretende atualmente com o Fundo Nacional de Desenvolvimento, instituído a partir do Decreto-Lei n. 2.288 de 23-07-86. Contudo, cabe ressaltar que uma das principais fontes de financiamento do Plano de Metas JK, além do recurso aos fundos, residiu em um esquema de financiamento inflacionário, dada a inexistência de fontes alternativas e o pouco desenvolvimento do sistema financeiro de então. Atualmente, ao contrário, é condição básica a estabilidade dos preços. Uma

analogia entre os dois planos de financiamento reside na fonte básica dos fundos: a origem é interna, com participação dosada das fontes de origem externa.

Em suma, o Plano de Metas (1986/89) busca solucionar os desequilíbrios acumulados ao longo de nossa trajetória de crescimento. O Plano visa a ampliação e modernização da infra-estrutura econômica do País, a redução das disparidades sociais e regionais, bem como procura evitar que se repita novamente no País um surto de crescimento similar ao ocorrido durante o período de *milagre*, de fôlego curto e de natureza instável. Através, inclusive, de uma profunda alteração da natureza do financiamento público, entramos assim em uma nova etapa do desenvolvimento econômico brasileiro. Com a redução da intensidade do consumo através dos empréstimos compulsórios incidentes sobre a aquisição de veículos de passeio e consumo de combustíveis — gastos efetuados, basicamente, pela população de mais alta renda —, proporciona-se, por outro lado, parte dos recursos necessários à ampliação e modernização da infra-estrutura econômica do País.

6 – RESUMO DO PLANO DE METAS (1986/89)

O objetivo maior do Plano de Metas é a construção de uma nova sociedade, menos desigual e mais justa.

O Brasil que se pretende para o século XXI é um país que associa um moderno parque industrial a uma agricultura pujante e investe em tecnologias avançadas e em recursos humanos.

A eliminação da pobreza deve ser levada a cabo sob um regime democrático, através da elevação gradual e sistemática do poder de compra dos salários.

A Constituinte, juntamente com o conjunto das reformas tributárias, administrativa, da previdência social, agrária e sindical, definirão o perfil institucional do Brasil do próximo século.

O desenvolvimento econômico das últimas décadas foi injusto socialmente, permitindo que um quinto de nossa população permaneça em níveis de pobreza absoluta, especialmente no Nordeste.

O resgate desta dívida social é fundamental para a construção de uma nova sociedade, pois instituições democráticas duradouras devem repousar sobre bases sociais justas.

A eliminação da inflação, através do Plano Cruzado, foi o passo inicial desta nova era. Com ela foi também eliminada a especulação financeira, estimulando-se a produção, elevando-se o emprego e o salário real.

O novo Brasil deve também acompanhar a revolução tecnológica, principalmente nas áreas da informática e da biotecnologia, de forma a não ser condenado à eterna dependência a outros países.

O Plano de Metas é a síntese do esforço governamental para a transformação do Brasil no país que todos sonhamos.

Sustentação do Crescimento

O Plano de Metas prevê, no período 1986/89, um crescimento médio de 7% ao ano. Isto implica uma elevação de 20% na renda *per capita* durante o período, devendo a mesma atingir 2 mil dólares.

Serão criados 6,6 milhões de novos empregos, assim como condições para a elevação do patamar de renda de milhões de trabalhadores.

O Nordeste merecerá atenção especial, de forma a garantir-lhe uma taxa de crescimento superior à média do País.

A existência de uma enorme capacidade ociosa na economia, fruto da recessão do período 1981/83, permitiu que a retomada do crescimento, iniciada em 1984, se desse com baixos níveis de investimento.

Com a intensificação do crescimento, inicialmente estimulado pelas exportações e, em seguida, pelo mercado interno, houve um rápido esgotamento dessa ociosidade, levando à necessidade de novos investimentos.

Durante a recessão, o governo viu reduzidas suas receitas e sua capacidade de investimento, gerando sensível deterioração da infra-estrutura básica. A malha rodoviária e o setor de energia elétrica foram mais particularmente atingidos.

Principais Metas para a Sustentação do Crescimento

- Energia:
- elevar a capacidade de geração de energia elétrica em 32%;
 - implantar 6.040 km de linhas de transmissão;
 - elevar a produção interna de petróleo para 780 mil barris;
 - expandir a produção de gás natural em 66%;
- Transportes:
- recuperar 20 mil km de rodovias e assegurar a conservação de 65 mil km;
 - restaurar e ampliar a capacidade dos portos e do transporte hidroviário;

- recuperar e ampliar a malha ferroviária visando atender uma demanda superior a 100 milhões de ton/ano.

Principais Metas Sociais

- Alimentação:**
- programa de alimentação suplementar para 15,9 milhões de crianças, gestantes e mães;
 - Programa Nacional de Leite, que garantirá 1 litro diário para 10 milhões de crianças até 6 anos;
 - Programa Nacional de Alimentação Escolar, que atenderá 34 milhões de crianças de sete a catorze anos;
- Saúde:**
- fortalecer o combate às doenças evitáveis;
 - universalizar o acesso aos serviços de saúde;
 - ampliar o atendimento ambulatorial e hospitalar em 43% e 38%, respectivamente;
- Educação:**
- erradicar o analfabetismo;
 - oferecer escola pública a todas as crianças de 7 a 14 anos;
- Habitação:**
- construção de 1,7 milhão de casas populares;
- Reforma Agrária:**
- assentar 1,4 milhão de famílias;
- Programa de Irrigação**
- irrigar 1,3 milhão de hectares de campo.

Política Industrial e Tecnológica

A geração endógena de novas tecnologias, de forma a evitar a dependência tecnológica crônica, é fundamental para a manutenção de uma estrutura industrial diversificada.

O aumento de produtividade, através da modernização do parque industrial, é um dos objetivos da política industrial. Isso é condição para o crescimento sustentado dos salários reais e a manutenção da competitividade internacional.

As metas do Plano para o setor industrial são de um cresci-

mento médio do produto entre 7,5% a 8% ao ano. Para as exportações de produtos industriais prevê-se um crescimento de 20% no período.

Em relação a pesquisa e desenvolvimento, estima-se que o País investirá cerca de 2% do PIB na entrada do século.

Política Agrícola

Os objetivos básicos são expandir a oferta interna de alimentos e criar condições de estabilidade para o abastecimento. Assim, objetiva-se expandir a produção de grãos em 28% em relação a 1985.

Para o conjunto do setor agropecuário espera-se um crescimento médio de 5% ao ano.

Para tanto, a oferta de crédito rural será ampliada até atingir 15% do valor da produção em 1989 e a política de preços mínimos será definida de forma a garantir a estabilidade de preços para o produtor até 1989.

A fim de viabilizar estas metas, o governo ampliará a capacidade de armazenagem em 15,5 milhões de toneladas até 1989.

Finalmente, o Programa de Reforma Agrária atuará no sentido de eliminar as desigualdades do campo, contribuindo para a expansão da oferta agrícola.

7 – FINANCIAMENTO DO PLANO DE METAS (1986/89)

Os dispêndios do Governo previstos para a realização do Plano de Metas viabilizarão a infra-estrutura indispensável à retomada dos investimentos privados. Serão recuperados e expandidos os setores de energia, transportes e insumos básicos, bem como serão ampliados os gastos em alimentação, saúde, educação e habitação. Para financiar este programa de investimentos públicos, será necessário mobilizar vultoso montante de recursos, pois estima-se um dispêndio total da ordem de Cz\$ 1.393 bilhões.

A meta de crescimento de 7% a.a. requer que a taxa de investimento da economia passe do atual nível de 17,6% do PIB para cerca de 21%. Embora seja possível uma renegociação da dívida externa, que torne disponíveis recursos externos adicionais, a opção do Governo é formular internamente mecanismos de financiamento adequados. Não se pretende, nessa nova etapa de crescimento, repetir experiências passadas, lançando mão de forte endividamento externo e/ou vultosos déficits públicos. Torna-se, portanto, vital estabelecer alternativas de financiamento que viabilizem não apenas as metas para o período 1986/89, como o próprio desenvolvimento econômico futuro.

É certo que parte desses recursos estarão disponíveis com a própria redução do déficit público. Estima-se que, com a diminuição dos gastos de custeio do Governo, tal déficit, de cerca de 0,6% do PIB, possa transformar-se em um superávit de 0,2%, em 1989. Esses recursos, entretanto, serão ainda insuficientes, de forma que a maior parte do esforço adicional de poupança será realizado pelo setor privado, cuja mobilização voluntária terá que se elevar do atual nível de 17,5% do PIB para 18,5% em 1989. Mes-

mo assim, serão necessários recursos adicionais da ordem de 2% do PIB anualmente, tornando-se, então, necessária a criação de um esquema alternativo de mobilização de recursos.

Nesse sentido, foi instituído, através do Decreto-Lei n. 2.288, de 23 de julho de 1986, o Fundo Nacional de Desenvolvimento (FND). Este Fundo, à semelhança daqueles criados durante a década de cinqüenta, terá a aplicação de seus recursos vinculada a metas previstas e não sujeitas a cortes orçamentários que possam conduzir a interrupções nos programas de investimento formulados. O objetivo do Fundo é, portanto, financiar os investimentos necessários ao desenvolvimento nacional e apoiar a iniciativa privada, de maneira que seus recursos não poderão ser aplicados em despesas correntes do Governo. Sendo vedada a utilização para cobertura do déficit público, o Fundo terá a finalidade única de capitalizar tanto empresas públicas quanto privadas.

O patrimônio inicial do Fundo será constituído por ações das empresas estatais; por recursos provenientes da aplicação de 30% das reservas técnicas das entidades de previdência privada em obrigações do Fundo com prazo de dez anos e rentabilidade mínima equivalente à das Letras do Banco Central (LBC); e por recursos provenientes do empréstimo compulsório incidente sobre a aquisição de automóveis de passeio e utilitários e sobre o consumo de gasolina e álcool. Além disso, com o produto da arrecadação do imposto sobre operações de crédito, câmbio e seguro, e sobre operações relativas a títulos e valores mobiliários, a União subscreverá quotas do Fundo (bem como através de dotações orçamentárias adicionais). Finalmente, o FND poderá emitir quotas para a captação adicional.

O financiamento do novo patamar de investimentos será, então, viabilizado com recursos do Tesouro, operações de crédito, recursos próprios das estatais e capitalização através do Fundo Nacional de Desenvolvimento. A previsão é de que, durante o período coberto pelo Plano de Metas, os recursos orçamentários financiarão cerca de 23% do total dos dispêndios, as operações de crédito também 23%, enquanto o restante será financiado por outros recursos — incluindo receitas próprias das estatais, recursos do BNH, SIMPAS e FAS, bem como contribuições dos empregadores e trabalhadores ao seguro-desemprego.

Finalmente, caberia dizer que a importância do FND não reside exclusivamente (ou fundamentalmente) no montante de recursos que poderá angariar. Mais relevante é a alteração promovida na natureza do financiamento público, não mais recorrendo às fór-

mulas utilizadas no passado de obtenção de recursos através de empréstimos externos e/ou via orçamento fiscal. O Fundo corresponde a uma forma nova de financiamento, em que o patrimônio detido pelo Estado receberá representação de mercado, habilitando-se a negociação no mercado de capitais. Poderá ser assim promovido o saneamento financeiro das empresas estatais, recuperando sua capacidade de autofinanciamento e desonerando o orçamento da União. Ademais, o Fundo pode ser considerado um instrumento de redistribuição de renda, na medida em que receberá contribuições sobre bens e serviços consumidos por camadas da população de maior poder aquisitivo. Ao contrário de exemplos passados, em que o ônus do financiamento público acabava recaindo, em última instância, sobre a população como um todo — e, com isso, penalizando a parcela da população que auferia menores rendimentos —, agora promove-se um esquema em que são mobilizadas as contribuições daqueles que possuem maior capacidade de renúncia ao consumo presente. Além disso, é importante destacar que, ao contrário do que ocorreria caso o instrumento de captação fosse um imposto, o expediente utilizado é um empréstimo, que será devolvido no futuro, com rendimentos compatíveis com outros tipos de rendimentos financeiros, em forma de quotas negociáveis no mercado de capitais. Ao mesmo tempo, o governo compromete-se em formar e administrar o FND de modo a tornar atrativas e valorizáveis as contribuições ao Fundo.

ANEXO

DADOS SOBRE A ECONOMIA BRASILEIRA

A) DADOS SOBRE A EVOLUÇÃO RECENTE DO CONSUMO

QUADRO I – VENDAS INDUSTRIAIS DE APARELHOS ELETRO-ELETRÔNICOS DE USO DOMÉSTICO

Evolução mensal em milhares de unidades faturadas

Período	a) ASPIRADORES DE PÓ			b) BATEDEIRAS DE BOLO			c) CAFETEIRAS ELÉTRICAS			d) CIRCULADORES DE AR			e) CONDICIONADORES DE AR		
	Variação	Var. em	12 meses	Variação	Var. em	12 meses	Variação	Var. em	12 meses	Variação	Var. em	12 meses	Variação	Var. em	12 meses
	1986	Mensal		1986	Mensal		1986	Mensal		1986	Mensal		1986	Mensal	
Jan	11,3	-	-6,6	34,3	-	92,7	11,0	-	233,3	33,7	-	59,0	28,3	-	71,5
Fev	22,7	100,9	-17,5	65,0	89,5	20,6	16,7	51,8	209,3	33,5	-0,6	228,4	17,5	-38,2	78,6
Mar	1,0	-95,6	-96,6	2,9	-95,5	-96,3	2,1	-87,4	-80,4	9,3	-72,2	-27,3	13,8	-21,1	10,4
Abr	34,8	3300,0	78,0	57,1	186,0	46,4	21,0	900,0	31,3	11,0	18,3	307,4	20,0	44,9	9,9
Mai	29,8	-12,4	3,5	76,5	34,0	73,1	30,2	43,8	57,3	10,4	-5,5	147,6	26,6	33,0	87,3
Jun	30,4	28,9	6,7	72,8	-4,8	13,2	28,6	-5,3	46,7	43,7	-320,2	103,3	24,6	-7,5	59,7
a =	14,05			2,87			14,40			6,87			8,89		
b =	384,08			40,49			402,28			121,98			177,77		

Fonte: ABINEE

a = Crescimento médio mensal pós-Cruzado

b = Taxa anualizada

QUADRO I – VENDAS INDUSTRIAIS DE APARELHOS ELETRO-ELETRÔNICOS DE USO DOMÉSTICO
Evolução mensal em milhares de unidades faturadas

Período	f) ENCERADEIRAS			g) ESPREMEDORES DE FRUTAS			h) FERROS AUTOMÁTICOS P/PASSAR			i) GRILLS			j) LIQUIDIFICADORES		
	1986	Variação Mensal	Var. em 12 meses	1986	Variação Mensal	Var. em 12 meses	1986	Variação Mensal	Var. em 12 meses	1986	Variação Mensal	Var. em 12 meses	1986	Variação Mensal	Var. em 12 meses
	Jan	26,9	—	69,2	24,8	—	60,0	97,6	—	-30,9	2,3	—	-54,9	134,0	—
Fev	27,9	3,7	-0,7	57,3	131,0	63,7	298,1	205,4	29,6	9,1	295,7	-9,9	225,1	68,0	37,0
Mar	0,0	-100,0	-100,0	6,9	-88,0	-86,2	104,6	-64,9	-62,7	0,6	-93,4	-94,2	44,4	-80,3	-80,0
Abr	43,1	100,0	44,6	44,3	542,0	36,7	558,9	434,3	125,4	8,1	1250,0	-27,7	256,6	477,9	43,0
Mai	37,5	-13,0	29,8	51,0	15,1	67,8	291,7	-47,8	34,9	11,9	46,9	-3,3	214,4	-16,4	59,0
Jun	51,2	36,5	21,6	51,2	0,4	26,1	380,4	30,4	25,3	15,2	27,7	-2,6	247,3	15,3	29,0
a =	16,39			-2,77			6,28			13,68			2,38		
b =	518,01			-28,66			107,80			366,02			32,60		

Fonte: ABINEE

a = Crescimento médio mensal pós-Cruzado

b = Taxa anualizada

QUADRO I – VENDAS INDUSTRIAIS DE APARELHOS ELETRÔNICOS DE USO DOMÉSTICO
Evolução mensal em milhares de unidades faturadas

Período	i) MINI-FORNOS			m) REFRIGERADORES			n) SECADORES DE CABELO			o) TOSTADORES			p) VENTILADORES DOMÉSTICOS		
	1986	Variação Mensal	Var. em 12 meses	1986	Variação Mensal	Var. em 12 meses	1986	Variação Mensal	Var. em 12 meses	1986	Variação Mensal	Var. em 12 meses	1986	Variação Mensal	Var. em 12 meses
Jan	5,2	—	—	170,2	—	66,7	63,4	—	66,4	3,5	—	-2,8	79,0	—	-0,1
Fev	8,2	57,7	—	142,9	-16,0	34,9	83,3	31,4	40,7	4,3	22,9	-46,3	93,9	18,9	88,6
Mar	0,4	-95,1	—	77,4	-45,8	-37,0	15,8	-81,0	-83,9	0,6	-86,0	-95,8	32,5	-65,4	-68,1
Abr	13,0	3150,0	—	169,2	118,6	57,0	101,8	544,3	34,7	2,6	333,3	-58,7	89,6	175,7	116,4
Mai	17,6	35,4	—	204,3	20,7	215,3	156,6	53,8	72,7	8,3	219,2	12,2	101,5	13,3	50,8
Jun	17,9	1,7	—	176,5	-13,6	48,9	137,2	-12,4	47,5	3,8	-54,2	-77,4	161,3	58,9	34,3
a =	21,55			5,42			13,29			-3,04			14,48		
b =	940,20			88,42			346,81			-30,98			406,88		

Fonte: ABINEE

a = Crescimento médio mensal pós-Cruzado

b = Taxa anualizada

QUADRO I – VENDAS INDUSTRIAIS DE APARELHOS ELETRO-ELETRÔNICOS DE USO DOMÉSTICO
Evolução mensal em milhares de unidades faturadas

Período	q) AUTO-RÁDIOS			r) FONÓGRAFOS E COMBINADOS			s) RÁDIOS TRANSISTORIZADOS			t) TELEVISORES PB			u) TELEVISORES EM CORES		
	1986	Variação Mensal	Var. em 12 meses	1986	Variação Mensal	Var. em 12 meses	1986	Variação Mensal	Var. em 12 meses	1986	Variação Mensal	Var. em 12 meses	1986	Variação Mensal	Var. em 12 meses
Jan	60,0	–	9,1	74,0	–	45,1	199,0	–	18,5	50,0	–	85,2	133,0	–	90,0
Fev	60,0	0,0	-6,3	78,0	5,4	62,5	219,0	10,1	23,0	52,0	4,0	23,8	132,0	-0,5	41,9
Mar	67,0	11,7	26,4	40,0	-48,7	-25,9	107,0	-51,1	-46,5	34,0	-34,6	-10,5	60,0	-54,5	-43,4
Abr	86,0	28,4	48,3	115,0	187,5	134,7	364,0	240,2	66,2	73,0	114,7	52,1	275,0	358,3	118,3
Mai	83,0	-3,5	48,2	130,0	13,0	80,6	438,0	20,3	53,7	71,0	-2,7	31,5	242,0	-12,0	74,9
Jun	108,0	30,1	68,8	104,0	-20,0	55,0	406,0	-7,3	50,9	55,0	-22,5	12,2	205,0	-15,3	60,2
a =	15,83			7,46			16,69			1,41			11,63		
b =	483,20			137,04			537,16			18,33			274,58		

Fonte: ABINEE

a = Crescimento médio mensal pós-Cruzado

b = Taxa anualizada

QUADRO II – CONSUMO NACIONAL APARENTE DE DERIVADOS DE PETRÓLEO, GÁS NATURAL E ÁLCOOL CARBURANTE
Evolução mensal em 100 barris equivalentes de Petróleo p/dia

Período	a) GASOLINA A e B			b) ÁLCOOL CARBURANTE			c) GLP			d) ÓLEO DIESEL		
	1986	Variação Mensal	Var. em 12 meses	1986	Variação Mensal	Var. em 12 meses	1986	Variação Mensal	Var. em 12 meses	1986	Variação Mensal	Var. em 12 meses
Jan	146,3	—	22,8	176,0	—	50,9	110,0	—	0,5	335,4	—	19,9
Fev	126,8	-13,3	-15,3	146,8	-16,6	-7,0	108,4	-1,5	2,1	318,3	-5,1	-8,1
Mar	125,8	-0,8	39,5	144,5	-1,6	58,3	109,9	1,4	4,9	303,2	-4,7	20,3
Abr	138,1	9,8	12,9	178,1	23,3	40,6	111,9	1,8	14,5	346,4	14,2	16,2
Mai	142,4	3,1	18,5	163,2	-8,4	24,0	126,7	13,2	13,6	378,1	9,2	10,8
Jun	146,9	3,2	18,8	181,6	11,3	43,3	129,0	1,8	12,3	351,4	-7,1	6,4
a =	3,75			5,46			4,45			2,50		
b =	55,49			89,31			68,53			34,55		

Fonte: PETROBRÁS

a = Crescimento médio mensal pós-Cruzado

b = Taxa anualizada

QUADRO III
DESEMPENHO DO SETOR AUTOMOBILÍSTICO
VENDAS AO MERCADO INTERNO
 Evolução mensal em 1000 unidades

Período	1986	Variação Mensal	Var. em 12 meses
Jan	58,4	—	-4,9
Fev	75,4	29,1	28,0
Mar	80,8	7,2	18,5
Abr	81,8	1,2	231,2
Mai	86,3	5,5	132,0
Jun*	76,9	-10,9	50,2
c	4,60		
d	71,62		

Fonte: ANFAVEA

c = Crescimento médio mensal pós-Cruzado até maio.

d = Taxa anualizada.

* — Segundo a ANFAVEA, a queda no período deve-se à falta de componentes, a problemas de capacidade de produção e questões ligadas a custos.

QUADRO IV

Produtos	Consumo Médio Diário do Mês de Julho/86 em relação ao Cons. Médio Diário dos últimos 12 meses
A) Gasolina "A"	7,2%
B) Álcool Anidro	6,7%
C) Álcool Hidratado	16,8%
D) G.L.P.	10,8%
E) Óleo Diesel	-1,5%
(A + B + C)	15,7%

Fonte: PETROBRÁS

QUADRO V
 VENDAS COMERCIAIS – TAXAS REAIS DE CRESCIMENTO POR RAMOS DE ATIVIDADE

Discriminação	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Cresc. Médio Mensal
CONCESSIONÁRIAS DE VEICULOS						
– Variação Mensal (%)	(15,4)	17,5	(2,2)	17,6	(2,7)	3,7
– Últimos 12 Meses (%)	4,7	57,9	26,2	72,8	38,2	
LOJAS DE DEPARTAMENTO						
– Variação Mensal (%)	(45,0)	(13,2)	9,9	8,8	24,0	14,0
– Últimos 12 Meses (%)	26,5	23,1	3,8	26,7	19,0	
LOJAS DE UTILIDADES DOMÉSTICAS						
– Variação Mensal (%)	(30,4)	(19,3)	0,5	52,5	28,6	25,4
– Últimos 12 Meses (%)	29,2	20,9	0,9	59,5	69,1	
CINE-FOTO-SOM & ÓTICAS						
– Variação Mensal (%)	(28,5)	(17,9)	17,9	23,4	8,8	16,5
– Últimos 12 Meses (%)	5,8	2,9	(0,4)	41,5	34,7	
MÓVEIS DE DECORAÇÕES						
– Variação Mensal (%)	(29,0)	(7,6)	14,5	35,0	11,5	19,9
– Últimos 12 Meses (%)	10,2	11,8	9,9	76,5	50,8	
AUTOPEÇAS						
– Variação Mensal (%)	11,4	(13,7)	(0,7)	15,8	8,3	7,6
– Últimos 12 Meses (%)	42,1	29,7	21,1	38,8	22,5	
VESTUÁRIO						
– Variação Mensal (%)	(50,4)	(11,9)	25,8	26,8	19,4	24,0
– Últimos 12 Meses (%)	16,0	5,3	27,9	75,0	60,9	
TECIDOS						
– Variação Mensal (%)	(28,2)	(17,3)	17,9	45,2	11,4	24,0
– Últimos 12 Meses (%)	22,5	12,3	14,7	79,9	54,7	
CALÇADOS						
– Variação Mensal (%)	(56,7)	(3,9)	37,3	15,8	20,9	24,3
– Últimos 12 Meses (%)	21,0	10,9	25,0	52,7	43,8	
SUPERMERCADOS						
– Variação Mensal (%)	(23,8)	(6,0)	(12,1)	(1,8)	9,3	(1,9)
– Últimos 12 Meses (%)	9,8	3,3	3,9	3,7	9,7	
FARMÁCIAS, DROGARIAS E PERFUMARIAS						
– Variação Mensal (%)	(11,3)	(5,1)	12,0	15,6	12,9	13,5
– Últimos 12 Meses (%)	29,0	26,3	20,1	57,5	55,7	
MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO						
– Variação Mensal (%)	2,4	(13,3)	7,1	19,3	4,1	10,0
– Últimos 12 Meses (%)	4,3	0,0	(7,3)	20,0	9,2	

Fonte: MIC-CDE/CPE

B) DADOS SOBRE A ECONOMIA BRASILEIRA NOS ANOS 70

QUADRO I – IMPORTAÇÕES 65/75

Período	IMPORTAÇÕES (US\$FOB) Tx. Cresc. (%)	ESTRUTURA DAS IMPORTAÇÕES - Part. Perc. (%)				IMPORTAÇÃO INDUSTRIAL /PRODUÇÃO INDUSTRIAL (%)	IMPORTAÇÃO DE BENS DE CAPITAL (A) Var. Perc. (%)	CONSUMO APARENTE DE BENS DE CAPITAL (B) Var. Perc. (%)	(A) / (B) (%) Part. Perc.
		BENS DE CAPITAL	MATÉRIAS PRIMAS	BENS DE CONSUMO	PETROLEO E DERIVADOS				
1965	—	25,2	45,6	11,4	17,7	7,2	—	—	12,2
1966	38,5	28,1	45,6	12,0	14,3	8,7	38,0	18,0	14,3
1967	10,6	31,9	41,2	15,0	11,9	9,9	33,2	-0,3	19,1
1968	28,7	33,7	41,6	13,8	10,9	11,5	51,1	30,3	22,2
1969	7,4	37,0	38,4	14,0	11,6	11,1	6,9	3,6	22,9
1970	25,8	37,7	37,0	14,4	10,9	12,4	26,6	15,5	25,1
1971	29,4	41,3	40,5	7,9	10,3	14,6	38,0	18,0	29,3
1972	30,5	41,0	38,1	10,9	10,0	17,7	29,0	24,0	30,5
1973	46,2	34,6	42,1	11,6	11,7	16,1	9,0	27,8	26,0
1974	104,2	24,8	45,2	7,6	22,4	21,1	37,1	19,3	29,9
1975	-3,4	32,3	35,6	6,8	25,3	18,1	21,4	9,2	33,3

Fonte: BACEN

QUADRO II – INFLAÇÃO E ENDIVIDAMENTO EXTERNO

Período	IGP – DI Média anual Var. Perc. (%)	DÍVIDA EXTERNA BRUTA Tx. Cresc. (%)	DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA Tx. Cresc. (%)
1965	56,8	—	—
1966	37,9	5,7	10,0
1967	28,4	-8,1	-3,0
1968	24,2	11,8	9,4
1969	20,8	15,8	5,7
1970	20,0	20,5	10,8
1971	20,3	24,5	19,5
1972	17,3	43,9	8,2
1973	14,9	32,6	17,0
1974	28,7	36,5	91,9
1975	27,9	23,3	43,7

Fonte: FGV e FIBGE

QUADRO III – ENDIVIDAMENTO EXTERNO – 72/80

PERÍODO	DÍVIDA EXTERNA BRUTA	DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA	EMPRÉSTIMOS EM MOEDA			
			PARTICIPAÇÃO DO SETOR PÚBLICO (%)			
			TOTAL	ENERGIA	SIDERURG.	TRANSPORTE
	US\$ Bilh.	US\$ Bilh.				
1972	9,5	5,3	24,9	3,6	0,2	7,9
1973	12,6	6,2	39,7	5,0	0,7	10,8
1974	17,2	11,9	35,3	3,6	0,9	13,6
1975	21,2	17,1	50,4	4,8	1,9	14,1
1976	26,0	51,1	51,1	4,9	3,4	12,4
1977	32,0	51,5	51,5	12,2	12,6	12,4
1978	43,5	60,2	60,2	15,5	6,9	12,4
1979	49,9	76,8	76,8	18,5	10,6	6,5
1980	53,9	76,6	76,6	25,1	7,9	2,4

Fonte: Paulo Davidoff Cruz, a partir de dados brutos do BACEN.

QUADRO IV – CRESCIMENTO DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO

<i>Indústria</i>	<i>1965/1967</i>	<i>1967/1970</i>	<i>1970/1973</i>	<i>1974/1977</i>
I. Bens de consumo	4,8%	11,6%	12,3%	4,5%
1. Duráveis	13,4%	21,9%	* (21,2) 25,5%	5,5%
1.1 Transporte	13,1%	23,9%	24,5%	— 1,0%
1.2 Elétricos	13,9%	17,4%	28,0%	16,0%
2. Não-duráveis	3,6%	9,7%	* (13,3) 9,1%	4,2%
II. Bens de produção	9,1%	13,7%	15,7%	8,6%
1. Capital	4,5%	13,7%	* (39,0) 22,5%	8,4%
2. Intermediários	10,8%	13,7%	* (17,0) 13,2%	8,7%
Total	6,8%	12,6%	* (17,5) 14,0%	6,6%

Fonte: INPES, * FINEP.

QUADRO V – BRASIL: DISTRIBUIÇÃO DA RENDA

(População Economicamente Ativa)

<i>Percentis</i>	<i>1960</i>	<i>1970</i>	<i>1980</i>
20 –	3,9	3,4	2,8
50 –	17,4	14,9	12,6
10 +	39,6	46,7	50,9
5 +	28,3	34,1	37,9
1 +	11,9	14,7	16,9

Fonte: Dados básicos do FIBGE.

QUADRO VI

Setor de Energia Elétrica – Composição Percentual dos Recursos

	1970	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985
Recursos Próprios	57,0	59,0	51,8	45,8	38,2	30,0	32,4	38,4	32,3	32,8	40,1	38,1
Recursos de Terceiros	43,0	41,0	48,2	54,2	61,8	69,8	67,6	61,6	67,7	67,2	59,9	61,9
Emprést./Financ.	27,9	29,9	33,3	40,0	45,2	52,5	44,9	37,8	49,2	57,1	59,9	61,9
Moeda Nacional	11,7	10,3	17,1	12,2	13,7	23,5	14,5	9,7	21,5	45,0	32,3	31,5
Moeda Estrangeira	16,2	19,6	16,2	27,8	31,5	29,0	30,4	28,1	27,7	12,1	27,6	30,4
Outros	15,1	11,1	14,9	14,2	16,6	17,3	22,7	23,8	18,5	10,1	—	—
Total dos Recursos	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: ELETROBRÁS

QUADRO VII

Sistema SIDERBRÁS – Composição Percentual dos Recursos

	1979 (*)	1980	1981	1982	1983 ¹	1984	1985
Recursos Próprios	27,8	8,0	8,9	8,9	20,3	18,3	9,1
Recursos de Terceiros	72,2	92,0	91,1	91,1	79,7	81,7	90,9
Emprést./Financ.	64,9	73,5	72,8	74,8	65,8	68,7	75,7
Moeda Nacional	27,1	32,2	35,2	38,4	29,7	32,1	37,0
Moeda Estrangeira	37,8	41,3	37,6	36,5	36,1	36,6	38,7
Outros	7,3	18,5	18,3	16,2	13,9	13,0	15,2
Total dos Recursos	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: SIDERBRÁS

(*) Somatório do sistema, sem consolidar.

GRÁFICO I – PIB REAL X DÍV. EXT. BRUTA

Variação Anual (%)

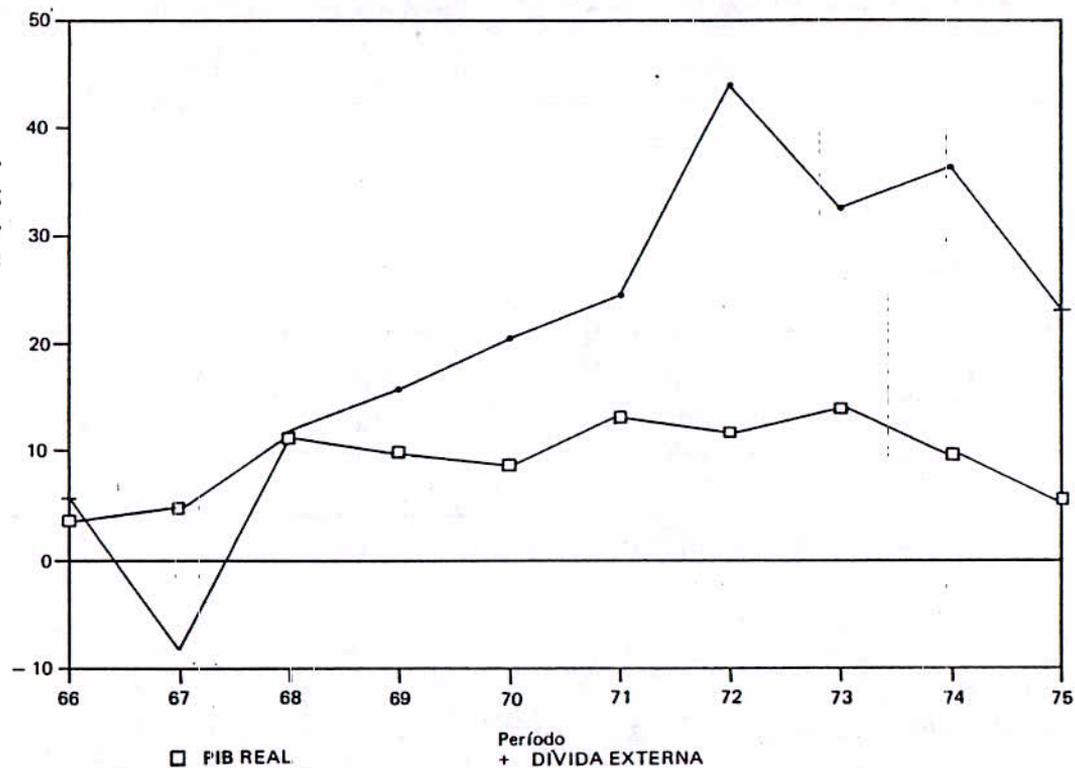
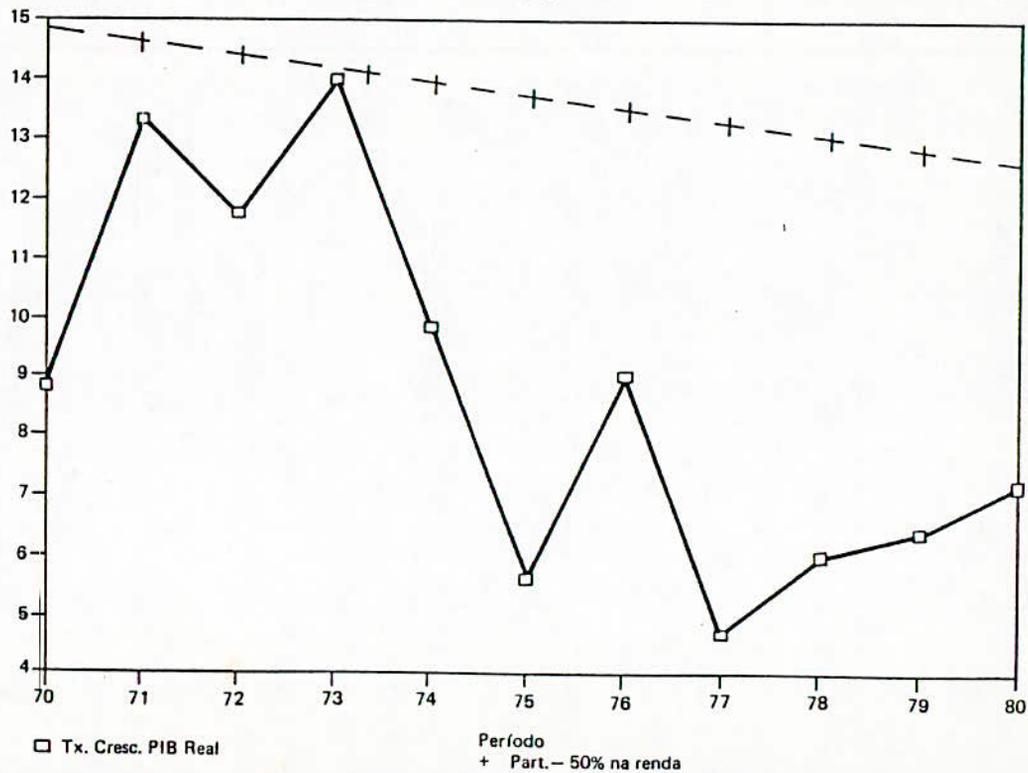


GRÁFICO II – PIB REAL X CONCENTR. RENDA
(%)



Arte, composição e impressão
Escola de Administração Fazendária